O século XX para o Feminismo no Brasil

El siglo XX para el feminismo en Brasil

Tascieli Feltrin[1]
Natália Lampert Batista [2]
Guilherme Carlos Correa [3]
Elsbeth Léia Spode Becker[4]

Resumo

O século XX possui marcas importantes para se pensar as transformações que diversos extratos sociais sofreram, no Brasil, em especial as mulheres. Tais como os processos de urbanização, imigração e industrialização do país, e sua consequente absorção do trabalho feminino, como também a necessidade de incorporação das mulheres nos quadros militares de apoio durante a Segunda Guerra Mundial, a feminização do magistério e o enfrentamento à Ditadura Militar. No presente trabalho, pretende-se percorrer brevemente a composição de forças que interferiram ou atravessaram a questão feminina, no Brasil, e com uma atenção maior, os movimentos em prol da autonomia e igualdade de tratamento entre mulheres e homens nas primeiras décadas do século XX, representados pelos movimentos Anarcofeministas e Sufragistas. Com destaque estes acontecimentos são trazidos para pensar a condição das mulheres em sua pluralidade de situações étnico-sociais e sua repercussão dentro da sociedade brasileira, para isso, buscamos em jornais e periódicos da época, além de obras referências para a temática, conhecer quais eram as pautas femininas e em que condições se desenvolviam.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial, Ditadura Militar, Movimentos Anarcofeminista e Sufragista.

Resumen

El siglo XX posee marcas importantes para pensar las transformaciones que diversos extractos sociales sufrieron, en Brasil, en especial las mujeres. Tales como los procesos de urbanización, inmigración e industrialización del país, y su consiguiente absorción del trabajo femenino, así como la necesidad de incorporación de las mujeres en los cuadros militares de apoyo durante la Segunda Guerra Mundial, la feminización del magisterio y el enfrentamiento a la Dictadura Militar. En el presente trabajo, se pretende recorrer brevemente la composición de fuerzas que interfirieron o atravesaron la cuestión femenina, en Brasil, y con una atención mayor, los movimientos en pro de la autonomía e igualdad de trato entre mujeres y hombres en las primeras décadas del siglo XX, representados por los movimientos Anarcofeministas y Sufragistas. Con estos acontecimientos se traen para pensar la condición de las mujeres en su pluralidad de situaciones étnico-sociales y su repercusión dentro de la sociedad brasileña, para ello, buscamos en periódicos y periódicos de la época, además de obras referencias para la temática, conocer cuáles eran las pautas femeninas y en qué condiciones se desarrollaban.

[1]Mestra em Educação; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; tascifeltrin@gmail.com.
[2] Mestra em Geografia; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; natilbatista3@gmail.com.
[3]Pós Doutor em Educação; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; gcarloscorrea@gmail.com.
[4] Doutora em Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; elsbeth.geo@gmail.com.

Palabras Clave: Segunda Guerra Mundial, Dictadura Militar, Movimientos Anarcofeministas y Sufragistas.

1. O Feminismo no Brasil no século XX e início do século XXI

A conjuntura político-social do Brasil no final do século XIX apresentava os principais elementos de transmutação das condições de existência no país, inclusive das mulheres. Dentre tais elementos, tomam parte a abolição oficial da escravatura em 1888, a conversão do sistema monárquico para o republicano, em 1889, a abertura dos postos de trabalho para receber os desempregados excedentes na Europa, o prelúdio da industrialização da economia e a infiltração de correntes ideológicas diversas e efervescentes que oportunizam os acontecimentos e transformações ocorridas no século XX. Tais fatores ligam-se diretamente a um novo diagnóstico sobre a situação do país. Brevemente aborda-se, neste estudo, cada um deles e sua relação com o cenário feminista.

Além das mudanças ocorridas no país às vésperas do início do século XX, alguns outros fatores internos e externos são de grande relevância para a instalação de muitas transformações relacionadas ás questões femininas na sociedade durante o século. Entre elas destacam-se a Segunda Guerra Mundial, o início da Ditadura Militar, e o florescimento dos Movimentos Anarcofeministas e Sufragista, no Brasil. Com destaque estes acontecimentos são trazidos para pensar a condição das mulheres em sua pluralidade de situações étnico-sociais e sua repercussão dentro da sociedade brasileira, para isso, buscamos em jornais e periódicos da época, além de obras referências para a temática, conhecer quais eram as pautas femininas e em que condições se desenvolviam. Nesse sentido, nas linhas as seguir intencionamos percorrer brevemente a composição de forças que interferiram ou atravessaram a questão feminina no século XX, no Brasil, e com uma atenção maior, os movimentos em prol da autonomia e igualdade de tratamento entre mulheres e homens nas primeiras décadas do século XX.

2. Esboço Histórico

Durante o século XIX algumas mudanças significativas foram sendo consolidadas na sociedade brasileira no tocante às mulheres. Em 1827, por exemplo, foi promulgado o Decreto Imperial, de 15 de outubro de 1827, ou Primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar, o qual permitia que as meninas frequentassem a escola elementar. Somente em 1879, através do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, é derrubada a proibição ao ingresso em instituições de ensino de outras modalidades, como a superior. A autorização por parte do Estado, no entanto, não foi suficiente para que se popularizasse a educação feminina no país, visto que, as famílias que insistiam em permitir a educação escolar de suas filhas sofriam forte sofriam forte preconceito social. Todavia o ensino era voltado a práticas diferentes das dos homens.

A situação das mulheres negras ou mestiças era ainda pior que a enfrentada pelas demais mulheres. Neste período ainda era comum à relação do corpo negro com a propensão a sexualidade, sendo que em caso de estupros ou violações a cor da vítima era um elemento importante para o julgamento do caso. Segundo Côrtes (2006) se comprovada à presença de traços africanos na vítima isto servia de atenuante ao crime, pois se entendia que devido a sua suposta tendência à lascívia, as mulheres negras consentiam e até provocavam este tipo de comportamento nos homens.

Paralelamente a repressão política e social, reproduzia-se outro embate, entre as forças masculinas em busca de manter sua superioridade nas relações e as forças femininas buscando meios de alcançar a equidade ao invés da submissão. A degradação da condição feminina,

muitas vezes, se desenvolvia silenciosamente, na discrição dos lares, pois, se replicava nas relações cotidianas o cenário de dominação e violência em que estavam inseridos homens e mulheres das mais diversas situações sociais. Sendo que os mais diversos tipos de violência contra o corpo e o espirito feminino eram constantemente justificados biblicamente pela Igreja católica, extremamente influente à época e legalizado pelo Estado. Observe as palavras de José Oiticica, no fragmento abaixo, extraído do periódico A VIDA (nº 3, p.5), que circulava em 1915.

> Si considerarmos a situação da mulher. Que faz ela entre nós? A aristocrata dirije a caza, isto é dá ordens, lê romances ou administra associações de caridade e irmandades católicas. A da classe média, juntamente com alguns criados faz o serviço da casa: cozinha, lava, engoma, coze, cuida dos filhos [...] A mulher do povo, a proletária, essa nem mesmo tem possibilidade de escolher serviço. Lava, cozinha, engoma, coze, serve nas fábricas, é criada. Não há em que desenvolver aptidões neste terreno.

Com o avançar do século, a necessidade de se aproveitar toda a força de trabalho humano lançou certa visibilidade ao trabalho feminino. As mulheres das classes economicamente mais baixas sempre tiveram importância substancial para o sustento de suas famílias, no entanto, suas atividades laborais não eram reconhecidas socialmente.

> A condição feminina apartava-se das diferenças de classe, pois mesmo que uma mulher fosse detentora de uma fortuna ainda assim ela não seria dona de sua própria vontade perante a sociedade, necessitando sempre o aval masculino. Ou seja, "*as favorecidas com heranças, incapazes de jerir, por falta de preparo, os seus haveres, caem nas mãos dos exploradores*" (A VIDA nº4, 1915, p.54).

A influência desse pensamento sobre as mulheres resultou na 'ilegalidade' e 'desprestígio do trabalho feminino e fortaleceu um senso comum de que o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e outras atividades que, as mulheres exerciam para si ou para outros, não era em si um trabalho. Em cargos públicos e outras atividades de maior prestígio, com exceção do magistério, não se admitia a atuação feminina.

Nesse cenário desolador para as mulheres, despontam figuras envolvidas com o pensamento libertário, as quais acreditavam que mudar a condição das mulheres era pré-requisito para que a humanidade avançasse mais rapidamente em sua evolução científica e moral. "E tudo isso deriva de mais falso conceito que a humanidade já pôde criar: a suposta inferioridade Feminina. Erro que talvez tenha atrasado séculos de civilização" Entre estas mulheres, foram importantes pensadoras e divulgadoras das ideias anarquistas nomes como Louise Michel[5], Lucy Parson[6], Luce Fabri[7] e Emma Goldman[8] de reconhecimento internacional e no Brasil Elvira Boni[9], Maria Lacerda de Moura[10], Matilde Magrassi[11], Isabel

[5]Educadora Anarquista, criadora do grupo "O Direito da Mulher" e com participação na Comuna de Paris, em 1871.
[6]Sindicalista americana com participação em eventos como a Greve Geral de 1º de Maio, em 1886.
[7] Militante Anarquista de grande vulto para o Anarcofeminismo uruguaio.
[8] Ativista e escritora anarquista, defendia o uso de métodos contraceptivos, com atuação em países como os Estados unidos e a Rússia.
[9] Fundadora da União das Costureiras, em 1919, participou ativamente da organização de greves das costureiras, de teatros populares e da edição da revista libertária Renovação.
[10]Educadora, ativista e escritora libertária, possui uma vasta coleção de obras dedicadas à difusão do Anarquismo no Brasil e oposição ao pensamento fascista. Se destaca também por sua defesa às causas feministas e ao amor livre.

Cerruti[12], Maria Alles[13], e muitas outras, a que a história concedeu o esquecimento, ergueram suas vozes em defesa de homens, mulheres e do pensamento livre. As Anarcofeministas, ou Libertárias questionaram a legalidade deste contrato social de sujeição a que as mulheres estavam expostas. Em suas obras criticam a concepção de maternidade como um dom, defendendo que esta concepção é uma prisão criada para manter as mulheres sob a tutela dos homens, da igreja e do Estado.

> A mulher sobretudo se tem conservado numa ignorância sistemática. Só modernamente ela se vai revoltando contra a opressão do homem. Vêde porem que tenaz resistência ela suporta da parte dos graúdos. Ainda hoje é malvista a moça que se atira aos estudos superiores. (A VIDA nº 2,1914, p.07)

Frente a esse contesto, a mobilização operária, através das greves, ajudou a definiur novas condições de trabalho para os operários, como a redução da jornada de trabalho diária de 16 horas, a proibição do trabalho infantil para menores de 12 anos, o fim da jornada noturna para mulheres e crianças e a abolição da diminuição e do atraso dos salários. Com o início do Estado Novo, Getúlio Vargas se apropria de muitas das reivindicações e das soluções trabalhistas propostas pelos anarquistas aos problemas que viviam, ao mesmo tempo, em que endurece as leis e o controle sobre as atividades dos grupos organizados.

A inserção das mulheres nas escolas e centros acadêmicos foi resultado de um caminhar lento e gradual. A conquista de alguma autonomia e de reconhecimento de sua liberdade e capacidade de aprender os conhecimentos historicamente construídos por homens foi um reflexo conjunto de avanços internacionais e campos de lutas nacionais. No cenário nacional destaca-se a atuação de movimentos feministas e de outras vertentes que entendiam a singularidade da condição feminina e a necessidade de se dissolver as superstições e preconceitos enrijecidos nesta sociedade. Nesse sentido, pode-se perceber que o pensamento Libertário no Brasil, abre espaço para a atuação das mulheres e para a divulgação de sua condição e pensamentos.

Porém, a questão da educação feminina era muito mais complexa que aparentava ser. Durante sua gestão, Vargas tomou a frente de uma imensa campanha pela institucionalização da família, aos moldes do que foi realizado por Mussolini na Itália. Em 1941, institui o Decreto-lei n° 3200, através do qual regulamenta o casamento de colaterais de 3° grau, considerava sob os efeitos legais casamentos religiosos, previa o reconhecimento de filhos naturais e incentivava financeiramente o casamento e a procriação. Dentro deste plano de "proteção à família", as mulheres tinham um papel muito importante, e sobre elas recaiam as maiores e mais penosas responsabilidades. Nessa perspectiva, campanhas foram criadas em favor do aumento da natalidade, leis censuravam a divulgação direta ou indireta de qualquer propaganda contra família, a propaganda de Estado se concentrava na redução do trabalho feminino fora do lar, incentivava a volta das famílias numerosas ao campo, proibia o uso de anticonceptivos e do aborto e sua divulgação na literatura, cinema, artes ou quaisquer outros meios.

Uma das forças que opera a favor da implantação desse sistema de conduta às mulheres e se insere ativamente na divulgação de uma estrutura familiar tendenciosa à

---

[11] Imigrante italiana com forte influência no tetro anarquista no Brasil.

[12] Colaboradora de inúmeros jornais anarquistas, como A Plebe, militava em prol das causas feministas em conferências, comícios públicos, e protestos. Fez parte do Centro Educativo Feminino e da Liga Feminina Internacional.

[13] Libertária envolvida com a organização Anarcossindicalista.

submissão da mulher e sua contenção nos papéis de mãe e esposa é a Igreja Católica. Nesse sentido, a disciplina de ensino religioso se alinha ao Estado.

> I) A moral cristã: a lei, a consciência. Pecado. Perfeição cristã. II) Em face da autoridade: pais e filhos. A hierarquia e os fiéis. Governantes e governados. Patrões e operários. III) Respeito à propriedade: o direito de propriedade. Pecados contra os bens do próximo. Restituição? Posição cristã em face do capitalismo e do comunismo. (CAPANEMA, In, SCHWARTZMAN, 2000, p. 13-14).

Já na Ditadura militar, de acordo com informações levantadas por Heloneida Studart em sua obra *Mulher: objeto de cama e mesa*, publicada em 1974, em *1872 a população feminina economicamente ativa no Brasil atingia cerca de 45%; em 1920 essa proporção caia para 15,3% e em 1970 andava pelos 20%*.[14] A diferença acentuada entre um século e outro certamente está intimamente relacionada aos diversos conflitos armados ocorridos no período com destaque para a atuação dos regimes totalitários europeus: franquistas, Nazistas, fascistas e em específico à ditadura militar de inspiração em tais modelos no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Para além da influência das ideologias totalitárias, a entrada do Brasil na Segunda Guerra (1939 - 1945) interferiu diretamente nas condições de atuação feminina. Em 28 de agosto de 1942 a primeira dama do Brasil – Darcy Vargas – criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição assistencial que recrutava mulheres para oferecer amparo aos soldados. Ainda nesse período, lançaram-se no país as campanhas 'Horta da Vitória' que pretendia transformar todas as mulheres em cultivadoras de alimentos como hortaliças e leguminosas em seus quintais para auxiliar na alimentação dos combatentes; e 'Madrinhas dos Combatentes', esta campanha, por sua vez, buscava mobilizar mulheres para escrever cartas aos soldados e/ ou participar de programas radiofônicos transmitindo mensagens de estímulo e conforto para os combatentes, o que começa a alterar a situação da mulher no Brasil.

No final da Ditadura emergem significativas e frágeis iniciativas, conquistadas com muita luta, que repensam o papel da mulher nas esferas institucionais, tais como Centros de autodefesa para coibir a violência contra as mulheres. Em meados da década de 1980, surgem os primeiros conselhos estaduais da condição feminina (MG e SP), para traçar políticas públicas para as mulheres e Ministério da Saúde cria o PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), em resposta à forte mobilização dos movimentos feministas, baseando sua assistência nos princípios da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher, bem como se cria a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM - SP) e muitas são implantadas em outros estados brasileiros. Em 1985, com a Nova República, a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e é criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), em lugar do antigo Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher.

Em 1988, através do lobby do batom, liderado por feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, as mulheres obtêm importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade a direito e obrigações entre homens e mulheres perante a lei. Seguindo essa tendência o Congresso Nacional, em 1996, inclui o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais.

[14] STUDART, 1974 p. 48.

Assim, percebe-se que ocorrem avanços nas condições das mulheres no Brasil, todavia ainda há muitas desigualdades a serem enfrentadas para a efetivação da igualdade de gênero e de raça. Se início do século passado figuras femininas se mobilizaram em torno de pautas como o direito ao divórcio, o fim do casamento burguês sob a égide do Estado, a conquista de direitos trabalhistas, a defesa do amor livre e da coeducação de gêneros. Muitas destas pautas foram alcançadas no decorrer do século XX e outras ganharam força após a Revolução Sexual da década de 1960, principalmente a luta pela liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, nas primeiras décadas do século XXI, percebe-se um renascimento das organizações feministas ou neofeministas, comprometidas com o fim da violência sexual e da violência doméstica. Estas se destacam pelo uso do corpo como forma de expressão, pela utilização das mídias digitais e redes sociais e pelo entrelaçamento a outros movimentos, como o LGBT, ambientais, antirracistas, políticos e de fortalecimento de comunidades periféricas, indígenas e quilombolas.

Portanto, a facilidade com que as informação circulam e alcançam destinatários diversos confere aos movimentos feministas uma visibilidade sem precedentes ao mesmo tempo em que ajuda a disseminar um senso comum hipócrita sobre as reivindicações dos grupos, recaindo na pulverização de ataques embasados em argumentos religiosos, paternalistas, e que acabam por manter circulando uma imagem da mulher feminista como agressiva, violenta e escandalosa, cujas intenções reais recaem na extinção da família, na promiscuidade e na dominação masculina, entre outros. A utilização de redes sociais ainda possibilita que a situação da mulher apareça com nuances mais vivos, dando voz a mulheres que relatam em tempo real as inúmeras violências a que estão expostas em casa, nas ruas, no trabalho, pela propaganda, pelo estilo de vida, crenças, vestimentas, atitudes e na própria realidade virtual. Nesse sentido é importante pensar se tamanha exposição trabalha para modificar a situação ou acaba por naturalizá-la. Dessa forma apresenta-se como uma necessidade atual se reconhecer a existência de feminismos para que se possa contemplar a pluralidade de questões que perpassam as relações de gênero na contemporaneidade.

Referências

A VIDA nº 2. **O desperdício da enerjia feminina**. [sic]. 1914. Rio de Janeiro, 28 de Fev.

A VIDA nº 3. **O desperdício da enerjia feminina**. [sic]. 1915. Rio de Janeiro, 31 de Mar.

A VIDA nº 4. **Periódico Anarquista.** 1915. Rio de Janeiro, 31 de Mar.

BRASIL. **Decreto Imperial**, de 15 de outubro de 1827.

_____. **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879.

_____. **Decreto-lei n° 3200**, de 19 de abril 1941.

CORTÊS, Giovana Xavier da Conceição. **As Inimigas da pátria**: Medicina Social e corporeidade negra nas últimas décadas do século XIX. 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

STUDART, Heloneida. **Mulher: objeto de cama e mesa**. Petrópolis: Vozes, 1974.